

<i>Nota à 23ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I — As funções do Estado</i>	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
<i>III — A função política ou de governo</i>	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i>	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	42
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i>	51
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i>	56
<i>Direito subjetivo público, 60; Interesses primários e secundários do Estado, 63</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	66
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 66;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 70</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	84
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i>	92
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 93; 2ª) Princípio da legalidade, 96; 3ª) Princípio da finalidade, 103; 4ª) Princípio da razoabilidade, 105; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 107; 6ª) Princípio da motivação, 108; 7ª) Princípio da impessoalidade, 110; 8ª) Princípio da publicidade, 110; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 111; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 115; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 116; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 116; 13ª) Princípio da eficiência, 117; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 118

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 121; b) Estado de defesa, 129; c) Estado de sítio, 130

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 133

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** 135
Órgãos públicos, 136; Classificação dos órgãos, 137; Competências públicas, 138 (Conceito de competência, 140)
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 142
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** 145
Desconcentração, 146; A hierarquia e os poderes do hierarca, 146; Distinção entre descentralização e desconcentração, 147; O controle, 147
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 148
Administração direta da União, 149; Critério classificador do Decreto-lei 200, 150; Entes paraestatais, 153

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 156

- I** — **Autarquias**
Conceito, 156; Regime jurídico, 157 (a) Relações com a pessoa que as criou, 158; b) Relações com terceiros, 161; c) Relações internas, 163); Autarquias especiais ou sob regime especial, 165; Agências reguladoras, 165; Agências executivas, 177
- II** — **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 179; Natureza das fundações públicas, 181

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 182 (Conceito legal: impropriedade, 183); Conceito de sociedade de economia mista, 186 (Conceito legal: impropriedade, 187); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 189; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 189; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 192; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 194; Empresas estatais e concessão de serviço público, 195; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 197; O regime jurídico das empresas estatais, 199 (a) Relações com a pessoa que as criou, 200; b) Relações com terceiros, 203; c) Relações internas, 215)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	217
	<i>Contrato de gestão, 219; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 220 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 226; Contrato entre órgãos?, 227); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 230; Organizações sociais, 230; Organizações da sociedade civil de interesse público, 236</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	238
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	241
	<i>a) Agentes políticos, 241; b) Servidores estatais, 242 (Servidores públicos: conceito e espécies, 243; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 244); c) Particulares em colaboração com a Administração, 244</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	245
	<i>a) Cargos públicos, 246; b) Funções públicas, 247; c) Empregos públicos, 247</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	248
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	249
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	250

- VII** — **Objeto das normas constitucionais sobre pessoal** 257
- VIII** — **Normas de contenção de despesas com os servidores estatais**
 a) Limite global de despesas com pessoal, 258; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 263; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 263
- IX** — **Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos**
 a) Criação de remuneração por subsídios, 263; b) Limite de remuneração, 265; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 269; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 269; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 270; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 270; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 270
- X** — **Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)** ... 271
 a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 271 (Admissão e dispensa nas estatais, 275); b) Contratação excepcional sem concurso, 276; c) Direito de greve e de sindicalização, 277; d) Proibição de acumulação remunerada, 278; e) Sanção por improbidade administrativa, 279
- XI** — **Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos** 280
 a) Irredutibilidade de vencimentos, 280; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 280; c) Estabilidade, 281; d) Disponibilidade, 282; e) Aposentadoria e proventos, 283; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 283; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 284; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 287; i) Contribuição previdenciária, 290; j) Atualização de proventos e pensões, 294
- XII** — **Os cargos públicos** 295
 a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 295; b) Classificação dos cargos, 295 (Cargos em comissão, 296; Cargos de provimento efetivo, 296; Cargos vitalícios, 297); c) Lotação dos cargos e "redistribuição", 298

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	298
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 299; Posse, 300); <i>b) Provimentos derivados</i> , 301 (Provimento derivado vertical (promoção), 301; Provimento derivado horizontal (readaptação), 301; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 301)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	303
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 303 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 303; Direitos de ausência ao serviço, 305; Aposentadoria, 311); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 311	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	313
	<i>Prescrição</i> , 315	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	316
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	320
PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		327
.		
Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO		
I	— <i>Introdução</i>	329
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	331
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	332
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	333
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	334
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	334
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	341
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	344
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	350
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	356
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	359

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 361; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 365; c) Os conceitos jurídicos, 366; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 366; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 369; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 372</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	372
III	— Conceito de ato administrativo	377
IV	— Perfeição, validade e eficácia	376
V	— Requisitos do ato administrativo	378
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 382; Forma, 383</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 383; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 385; B) Motivo (pressuposto objetivo), 385 (Motivo do ato e motivo legal, 386; Motivo e móvel, 387; O papel da vontade no ato administrativo, 387; Motivo e motivação, 388; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 389; Teoria dos motivos determinantes, 392); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 392; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 393 (Teoria do desvio de poder, 394); E) Causa (pressuposto lógico), 396; F) Formalização (pressuposto formalístico), 399</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	401
IX	— Atributos dos atos administrativos	404
	<i>Casos em que cabe excoutoriedade, 409; Defesas contra a excoutoriedade, 410</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	410
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 410; b) Quanto à estrutura do ato, 411; c) Quanto aos destinatários do ato, 412; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 412; e) Quanto à função da vontade administrativa, 412; f) Quanto aos efeitos, 413; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 413; h) Quanto à situação de terceiros, 415; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 415 j) Quanto à formação do ato, 415; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 416; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 416</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	417
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 425; Como formas de manifestação de outros atos, 427</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	429
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	431
XV	— Revogação <i>Conceito, 434; Sujeito ativo da revogação, 435; Objeto da revogação, 436; Fundamento da revogação, 437; Motivos da revogação, 439; Efeitos da revogação, 440; Natureza do ato revogador, 441; Limites ao poder de revogar, 441; Revogação e indenização, 443</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	444
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	446
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 447; Objeto da invalidação, 448; Fundamento da invalidação, 449; Motivo da invalidação, 449; Forma da invalidação, 449; Efeitos da invalidação, 451; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 452; Atos irregulares, 455; Comentários às diferentes teorias, 456; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 457; Convalidação, 458; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 460; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 463; Regime dos atos inválidos, 463; Invalidação e dever de indenizar, 465; Direito de resistência contra atos inválidos, 466</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	468
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	470

Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo	471
	<i>Procedimento e ato complexo, 477</i>	
II	— Requisitos do procedimento	478
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	479
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	482
V	— Espécies de procedimento	483
VI	— Fases do processo ou procedimento	485
VII	— Princípios do procedimento	486
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	490

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	495
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	496
	Âmbito de abrangência, 497; Competência, 497; Princípios do processo e garantias do administrado, 498; Sequência processual, 503; Prazos processuais, 506; Revogação, anulação e convalidação, 508	
Capítulo IX — LICITAÇÃO		
I	— Conceito e finalidades	509
II	— A legislação sobre licitação	512
	Normas gerais de licitação e contratos, 516	
III	— Os princípios da licitação	517
IV	— Quem está obrigado a licitar	521
V	— Os pressupostos da licitação	524
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	525
	Bens singulares, 525; Serviços singulares, 526; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 527; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 527; Inexigibilidade de licitação, 532; Serviços técnicos de natureza singular, 534; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 537; Licitação proibida, 537	
VII	— Modalidades da licitação	538
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 545; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 545; Pregão e consulta, 547 (Procedimento do pregão, 547); Registros cadastrais, 552; O registro de preços, 553; Comissões de licitação, 554; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 555; Alienação de bens, 556; Licitações internas e licitações internacionais, 557	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	558
	Requisitos para instauração de licitação, 558; Vedações nas licitações, 559	
IX	— Fases da licitação	560
	Exame dos afluentes à licitação, 561; Exame das propostas, 562; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 562; Esquema analítico das fases, 563; Sequência procedimental da concorrência, 564	
X	— O edital	566
	Vícios do edital, 569	

XI	— A habilitação	570
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 576; Consórcios, 576; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 577; Comparecimento de um único licitante, 578; Pré-qualificação, 578; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 579; Efeito jurídico da habilitação, 579; Vícios da habilitação, 580</i>	
XII	— O julgamento	581
	<i>Requisitos das propostas, 581; Objetividade do julgamento, 585; Classificação, 585; Desempate entre as propostas, 585; Os "tipos" de licitação, 585; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 588; Classificação de uma só proposta, 589; Vícios da classificação, 589; Efeito jurídico da classificação, 590</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	590
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	591
XV	— Recursos administrativos	592
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	593
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 593; Revogação da licitação, 593; Anulação da licitação, 594</i>	
XVII	— Crimes	597
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	597

Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO

I	— Introdução	599
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 600</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	601
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	603
IV	— Conceito de contrato administrativo	605
V	— Características do chamado "contrato administrativo"	607
	<i>A lógica do contrato administrativo, 608</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	609
	<i>Alteração unilateral do contrato, 611; Alteração bilateral do contrato, 612; Extinção unilateral do contrato, 613; Outras hipóteses de extinção, 613; A "exceptio non adimpleti contractus", 614; Prazo e prorrogação dos contratos, 614; Formalidades do contrato administrativo, 616; Eficácia dos contratos administrativos, 617; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevisas), 617; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 624

VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i>	625
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 628; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 633</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i>	634
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i>	635
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i>	638
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i>	640
XII	— <i>Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”</i>	643
XIII	— <i>Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa</i>	644
XIV	— <i>Convênios e consórcios</i>	648

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA

I	— <i>Conceito de serviço público</i>	655
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 659; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 661; Princípios do serviço público, 661</i>	
II	— <i>Titularidade do serviço e titularidade da prestação</i>	665
III	— <i>Serviços públicos e outras atividades estatais</i>	666
	<i>Serviço público e obra pública, 667; Serviço público e poder de polícia, 667; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 669</i>	
IV	— <i>Serviços públicos por determinação constitucional</i>	670
V	— <i>Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil</i>	673
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 673; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 673; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 674; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 674</i>	
VI	— <i>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</i>	674

VII	— Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público	675
VIII	— Serviços públicos e serviços governamentais	677
IX	— Obra pública <i>Conceito, 680; Modalidades de execução indireta, 681; Obra de grande vulto, 682; Obra de imenso vulto, 682; Garantia de execução, 683; Fiscalização da obra, 683; Recebimento da obra, 684; Responsabilidade pela obra, 684</i>	
Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais	686
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 687; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 688; Impropriedade das definições legais, 691; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 695; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 696</i>	
II	— Forma e condições da outorga do serviço em concessão	698
	<i>Licitação das concessões, 700; O “contrato” de concessão, 706; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 707; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 709</i>	
III	— O prazo nas concessões e sua prorrogação	710
IV	— Os poderes do concedente	712
V	— Os direitos do concessionário	717
	<i>Remuneração do concessionário, 718</i>	
VI	— As tarifas	718
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 721; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 722</i>	
VII	— Os direitos dos usuários	727
VIII	— Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos	728
IX	— A reversão dos bens	733

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	735
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	736
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	739
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	750
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	753
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 754; Modalidades, 755; Concessão administrativa: a falsa concessão, 757; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 758; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 760; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 760; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 761; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 761; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 762; Licitação nas parcerias público-privadas, 764; Disposições aplicáveis apenas à União, 765; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 766 (Vinculação de receitas, 766; Fundos especiais, 767; Empresa estatal garantidora, 769; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 769; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 770)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	771
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 774; Liberdade de iniciativa, 775; Atividades privadas sob regime especial, 780; Função social da propriedade, 780; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 782; CADE: organização e funções, 782; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 784; Infrações à ordem econômica, 784; Sanções por infrações à ordem econômica, 786; Acordo de leniência, 787; Defesa do consumidor, 788; Monopólio, 791</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	791

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— Introdução	794
II	— Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia	798
III	— Fundamento da polícia administrativa	799
IV	— Supremacia geral e supremacia especial	800
V	— Essência do poder de polícia	805
	<i>Traços característicos, 807</i>	
VI	— Polícia administrativa e polícia judiciária	809
VII	— Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa	811
VIII	— O poder de polícia é discricionário?	812
IX	— Definição de polícia administrativa	813
X	— Polícia geral e polícia especial	813
XI	— Delegação de atos de polícia administrativa	815
XII	— Executoriedade das medidas de polícia administrativa ..	817
XIII	— Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração	819
XIV	— Setores da polícia administrativa	820
XV	— Polícia administrativa da União, Estados e Municípios ...	820

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— Conceito	823
II	— Finalidades	824
III	— Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário	825
IV	— “Excludentes” da infração ou da sanção	826
V	— Princípios	826
	<i>a) Princípio da legalidade, 826; b) Princípio da anterioridade, 828; c) Princípio da tipicidade, 828; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 831; e) Princípio da proporcionalidade, 832; f) Princípio do devido processo legal, 833; g) Princípio da motivação, 834</i>	
VI	— Providências acautelatórias	835
VII	— Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis	836
VIII	— Multas	838
IX	— Dever de sancionar	839

Capítulo XVI — *DESAPROPRIAÇÃO*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	841
<i>II</i>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	846
<i>III</i>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	847
<i>IV</i>	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	848
<i>V</i>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	850
<i>VI</i>	— <i>Objeto da desapropriação</i>	851
<i>VII</i>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	853
<i>VIII</i>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	853
<i>IX</i>	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	854
<i>X</i>	— <i>A imissão provisória de posse</i>	857
<i>XI</i>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	860
<i>XII</i>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	864
<i>XIII</i>	— <i>Desapropriação por zona</i>	864
<i>XIV</i>	— <i>Desapropriação indireta</i>	865
<i>XV</i>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	866
<i>XVI</i>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	867
<i>XVII</i>	— <i>Requisição</i>	880
<i>XVIII</i>	— <i>Servidão administrativa</i>	882

Capítulo XVII — *GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	886
<i>II</i>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	887
<i>III</i>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	888
<i>IV</i>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	888
<i>V</i>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	890
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 891; b) Bens do domínio terrestre, 892 (Domínio do solo, 892; Domínio do subsolo, 896)</i>	
<i>VI</i>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	897
<i>VII</i>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	898
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 898; b) Utilização dos bens de uso especial, 902; c) Utilização dos bens dominicais, 903</i>	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 909**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I	— Controle interno e externo	911
	a) Controle interno, 913; b) Controle externo, 914	
II	— Controle parlamentar direto	914
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 914; b) Con- vocações de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 914; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 915; d) Autorizações ou aprovações do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 915; e) Poderes controladores privativos do Senado, 916; f) Julgamento das contas do Executivo, 916; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Minis- tros, 917	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	917
	a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 917; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 918; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 919	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	920
	a) “Habeas corpus”, 927; b) Mandado de segurança, 928; c) “Habeas data”, 929; d) Mandado de injunção, 929; e) Ação popular, 930; f) Ação civil pública, 930; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 930	

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
E CONTROLE JUDICIAL**

I	— Introdução	932
II	— Princípio da legalidade	934
III	— Vinculação e discricionariedade	935
	Mérito do ato, 932	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	939
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	942
VI	— Conceito de discricionariedade	946
VII	— Limites da discricionariedade	946
VIII	— Extensão do controle judicial	951
	a) Exame dos motivos, 951; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 953; c) Exame da causa do ato, 956	

IX	— Relatividade da competência discricionária	957
X	— Conclusão	963

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	967
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	968
III	— Originalidade da responsabilidade pública	970
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	973
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	974
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 974; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 976; c) Respon- sabilidade subjetiva do Estado, 976; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 979	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	980
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	981
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	981
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	983
	a) Danos por ação do Estado, 984; b) Danos por omissão do Estado, 986; c) Danos dependentes de situação produ- zida pelo Estado diretamente propiciatória, 991	
X	— O dano indenizável	994
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	997
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 999; b) Evolução normativa da responsa- bilidade do Estado no Brasil, 1001; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1004; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1007; e) Responsabilidade estatal na jurispru- dência brasileira, 1009; f) A forma de efetivação da res- ponsabilidade do Estado, 1012	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1015
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	1017

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1018
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1021
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1021
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1023
	ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	1027
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1033